

Interlocuções: Antropologia e Serviço Social

Andréa Moraes Alves⁽¹⁾
Myriam Moraes Lins e Barros⁽²⁾

Resumo

O presente artigo aborda a relação entre Antropologia e Serviço Social. As duas áreas de conhecimento são apreciadas a partir de seus pontos de contato. O artigo explora dois temas centrais: as perspectivas de intervenção e a construção da alteridade que estão presentes tanto na Antropologia quanto no Serviço Social. A comunicação entre essas duas áreas de conhecimento permite a elaboração de um campo comum de debates que ilumina com novas cores as questões centrais dessas duas disciplinas.

Palavras-chave

(1) Antropologia; (2) Serviço Social; (3) Alteridade.

Abstract

This article deals with the relationship between Anthropology and Social Work. These two fields of knowledge are taken into account according with their points of contact. The article approaches two central themes: intervention and the construction of alterity, which are present in Anthropology as well as in Social Work. The communication between these two fields of knowledge allows the formation of an arena of debates and throws new lights to the central issues of these two disciplines.

Key-words

(1) Anthropology; (2) Social Work; (3) Alterity.

⁽¹⁾ Antropóloga e professora do Departamento de Política Social da ESS/UFRJ.

⁽²⁾ Antropóloga e professora do Departamento de Política Social da ESS/UFRJ.

A relação entre a Antropologia e o Serviço Social é intensa, profícua e necessária. Apesar da inexistência de reflexões acadêmicas mais sistemáticas sobre essa relação, ela não é recente. Segundo informações prestadas por pesquisadores da área de história do Serviço Social no Brasil, estima-se que a Antropologia é ministrada como disciplina obrigatória na graduação desde, pelo menos, a Reforma Universitária de 1968. O ensino da Antropologia como uma das disciplinas do currículo básico do Serviço Social e a abordagem de temas e de autores caros ao campo antropológico nos cursos de graduação e de pós-graduação em Serviço Social são sinais claros da importância do olhar antropológico para o Serviço Social. Da mesma forma, a crescente preocupação dos antropólogos com a dimensão política de seu trabalho – ilustrada pela existência de fóruns profissionais preocupados com a inserção do especialista em debates públicos sobre temas candentes da vida política nacional – provoca reflexões sobre os limites éticos de sua atuação, debate que é central para a prática do assistente social e sobre o qual o Serviço Social brasileiro tem muita experiência acumulada. O Serviço Social e a Antropologia possuem um ponto de contato crucial: são áreas do saber que surgiram historicamente comprometidas com a relação com o outro, sua constituição como objeto e sujeito e que, por isso, já nascem marcadas pelo signo da alteridade. Nesse artigo, apresentamos uma reflexão sobre as diferentes maneiras como o Serviço Social e a Antropologia compreendem a alteridade e as possibilidades que cada uma das áreas traz para iluminar desafios teóricos e metodológicos da outra.

As autoras são antropólogas de formação, mas dialogam com o campo do Serviço Social há alguns anos, inseridas como docentes e pesquisadoras na mais prestigiosa instituição de ensino público em Serviço Social no Brasil, a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O lugar do qual falamos nos permite elaborar questões que acreditamos valiosas tanto para a Antropologia quanto para o Serviço Social no Brasil. Nossa dupla inserção é marcada

por uma peculiaridade: muitas vezes ocupamos um lugar de "estrangeiras": são as professoras de outra área, ou para usar um "termo nativo", "aquelas que não são assistentes sociais". Longe de ser uma qualificação negativa, ou seja, o não ser/estar de fora não tem uma conotação de exclusão, essa maneira de dizer é uma forma de pertencer ao mundo do Serviço Social. A expressão pode muitas vezes ser compreendida como uma espécie de salvo-conduto porque nos perdoam o que é classificado como uma obsessão pelo relativismo e uma conseqüente ausência de engajamento político explícito. Por outro lado, "estar de fora" pode também significar ter uma perspectiva inovadora, justamente porque não se está "preso" ao que seriam os norteadores da prática da profissão de assistente social. Em ambos estamos em uma situação de diálogo onde as diferenças não são apagadas, ao contrário, tornam-se condição necessária para o enriquecimento mútuo e para a construção do conhecimento. Assim, a alteridade e a experiência de estranhamento que ela provoca são simultaneamente um conceito e uma prática exercitados no cotidiano de nossa vida universitária.

Começamos pela definição antropológica da alteridade: a Antropologia tem se definido historicamente pela **compreensão comparativa das diferenças culturais**. A diferença é vista como o resultado de um processo social de construção de singularidades. A diferença é um valor da moderna cultura ocidental que viu nascer não só o discurso antropológico como também vários outros discursos científicos/políticos. Podemos afirmar sem medo de errar que aquilo que nos constitui como "indivíduos modernos" é a percepção aguda das alteridades. Por outro lado, aquilo que denominamos por "alteridade" pode ter os mais distintos significados. Depende, como ensina o mais clássico do pensamento antropológico, das relações sociais de poder que estão em jogo em determinadas situações. A dinâmica da criação de distinções (ou seja, de diferenças hierarquizadas) configurou-se, no moderno mundo ocidental, em uma estrutura que sustenta as identidades ao mesmo tempo em que é por elas sustentada. Segundo Antônio Flávio Pierucci (1998), a afirmação das diferenças sempre supõe o estabelecimento de hierarquias de valor e é um processo que está ligado à construção das identidades coletivas, tema fundamental para a Antropologia desde os seus primórdios, no

século XIX, até os dias de hoje. Ao comparar as diferenças, a Antropologia problematizou a própria idéia que lhe fez nascer, colocando em pauta, em vários momentos da história da disciplina, o confronto entre concepções que pensam as diferenças de múltiplas maneiras: ora como estágios de um mesmo processo contínuo de diferenciação (evolucionismo) ou de múltiplos processos de diferenciação concomitantes (Boas), ora como versões funcionais de uma mesma natureza humana fundamental (Malinowski), ora como índices da irreducibilidade das culturas humanas (Escola de Personalidade e Cultura), entre outras posições.

Aqui estamos nos referindo à matriz inglesa e americana da Antropologia. Pela vertente da escola francesa, a diferença tem um outro lugar na trajetória da disciplina, sendo valorizada, como diria Lévi-Strauss, como um elemento de um conjunto geral, abstrato e universal cujo lugar dentro desse todo é o que lhe confere sentido. O que importa não é a comparação das diferenças, mas a generalização que dá sentido às diferenças. Além desse debate sobre o estatuto da comparação, a postura metodológica frente à diferença tem sido um assunto de longos embates desde as origens da disciplina. Ao longo do século XX e no século atual, a postura metodológica ganhou ênfases variadas. Podemos destacar tanto posições que se preocupam em não reificar o objeto de estudo, em eliminar seu caráter exótico quanto posições que reforçam o exotismo; outras que debruçam sobre a construção do caminho metodológico e aquelas que refletem sobre o lugar da relação entre pesquisador e pesquisados, entre outras. Como nos relembra Marisa Peirano (2006), a discussão, no século XX, sobre o caráter específico da Antropologia revela o descolamento de seu objeto empírico, das sociedades longínquas cultural e geograficamente, para as sociedades urbanizadas, e o impacto desse descolamento para a reflexão sobre a diferença e a construção metodológica e teórica da alteridade. O "outro", o "diferente" passa a ser pensado como uma construção da própria pesquisa e não um dado advindo da distância tecnológica, racial, cultural, religiosa. Saímos paulatinamente de uma noção que compreendia a diferença como um dado externo à pesquisa e como uma posição numa escala comum para uma visão que compreende a própria prática etnográfica como produtora de diferenças e as diferenças como possibilidades que não se fixam numa mesma escala. Assim, a Antropologia contemporânea continua remetida à idéia

da diferença, aprofundando a reflexão sobre a maneira como o próprio discurso antropológico é produto e produtor de distâncias, ou seja, como ele constitui o "diferente", o "outro" como objeto de pesquisa e como essa constituição acaba marcando os limites do discurso da Antropologia. Na literatura brasileira este processo de elaboração da distância em relação ao objeto de estudo antropológico foi por diversas vezes trazido para discussão: os trânsitos entre o exótico e o familiar em Da Matta (1973), a observação do familiar e o estranhamento do pretensamente próximo em Velho (1981) são campos de referência para a pesquisa no Brasil. Estas referências trazem, cada uma a seu modo, a relatividade da idéia de distância social.

Por outro lado, o "outro" do Serviço Social engloba um universo também historicamente referido e, portanto, empiricamente mutável. Mas nos parece que, ao longo da história do Serviço Social, há uma continuidade: as constantes referências à falta e à pobreza são as condições para a constituição deste "outro" com o qual o Serviço Social prioritariamente se relaciona. Além da destituição material coloca-se também como ponto obrigatório da constituição deste "outro" sua formação como cidadão moderno ou sujeito de direitos. O trabalho do assistente social consiste em contribuir para a existência deste "outro" transformado, ou seja, para que ele se afirme continuamente como cidadão pleno inserido numa sociedade democrática. Os direitos civis, políticos e sociais que permitem a emergência da condição de sujeito no mundo moderno são os alicerces dessa percepção sobre a vida social. O Serviço Social trabalha continuamente sobre e sob esses alicerces, observando e interferindo em suas configurações. Por isso, a distância é algo como um a priori sem a qual não tem sentido a existência do Serviço Social; ela é a lógica na qual o próprio Serviço Social se constitui e constitui os "seus outros". A distância faz parte de um panorama social amplo (distância entre os indivíduos e entre os grupos sociais no plano do entendimento, da construção e do acesso aos recursos materiais e simbólicos). Nesse sentido, o Serviço Social, assim como a Antropologia – mas esta pelas outras razões já mencionadas acima – são filhos legítimos da modernidade ocidental. A desigualdade social e a cidadania e não a diferença como colocada no plano da Antropologia é o que fornece os contornos do Serviço Social.

Encontramos como uma das possibilidades de composição entre as duas áreas aqui tratadas as sugestões presentes em Lins de Barros (2004), sobretudo na remissão à idéia de conhecimento híbrido de Dauster (2003 e 2004) e de empréstimo do saber etnográfico em Fonseca (1999). Dauster argumenta que há na área de educação um espaço de interseção de duas áreas de pesquisa e ensino com tradições distintas, a educação e a Antropologia. Neste campo de diálogo ocorre a construção de um saber específico que se caracteriza pela absorção de posturas teóricas e metodológicas da Antropologia nas discussões próprias do campo educacional como a socialização. Trata-se, segundo Dauster, de problematizar temas tratados pela educação por uma outra linguagem, por um outro olhar através das discussões sobre cultura nos termos antropológicos. Esta apreensão de novas posturas que desnaturalizam o senso comum e relativizam os conhecimentos anteriores da área não tem como objetivo transformar educadores em antropólogos mas permitir que os fenômenos da educação possam ser apreendidos e compreendidos sob outro ponto de vista, o ponto de vista do universo social pesquisado. Diz a autora: "As limitações das visões etnocêntricas são descobertas em confronto com o 'olhar' relativizador e a busca do ponto de vista do universo social nos seus termos" (Dauster, 2004, p. 204).

O conhecimento híbrido não está pressupondo assim uma imersão na literatura antropológica mas uma interlocução com o caráter relativizador desta tradição de pesquisa. Este saber híbrido inicia-se com o movimento de tomar de empréstimo (Fonseca, 1999) conhecimentos e uma experiência de pesquisa etnográfica. Para Fonseca, pensando também na prática profissional de educadores e assistentes sociais, este empréstimo permite uma forma de enfrentamento com a população assistida que pressupõe a percepção de sua visão de mundo.

No primeiro caso, o do hibridismo do conhecimento, a importância da etnografia se alia à valorização do trabalho de contato e de abertura de campos de pesquisa que são próprios aos profissionais de intervenção social. Estar interagindo com o universo assistido é um primeiro passo para a construção do conhecimento híbrido. O foco são os destituídos (de direitos, de acesso à riqueza), aquele universo dado imediatamente pela própria condição profissional do assistente social. A partir daí as perguntas a serem feitas é que podem complexificar a percepção deste

"outro". Do destituído pré-definido a um "outro" que pode ser construído a partir de indagações é o que dá a partida tanto para o conhecimento híbrido como, nós acreditamos, para uma prática profissional diferenciada. O "estranhamento, a esquematização, a desconstrução de estereótipos e a comparação sistemática dos casos" (Fonseca, 1999, p. 76) característicos do trabalho etnográfico fazem parte deste processo de construção da alteridade. Colocar em questão o familiar da profissão é parte deste caminho de compreensão das diferenças múltiplas e contextualizadas, diferenças culturais apreendidas por um processo de conhecimento que pretende compreender os modos de pensar e agir do grupo social, sem se confundir com ele.

No mesmo caminho de Fonseca e em diálogo com o Serviço Social, colocamos a proposta de questionamento do próprio saber do senso comum, de construção de explicações sobre as relações sociais elaboradas dentro de um quadro teórico e da prática profissional como uma condição do conhecimento do "outro" e de uma prática que se faz no contato sistemático com uma diversidade de universos sociais. Esta proposta remete às questões referentes à relativização de visões de mundo em contato e em confronto. Trata-se, neste caso, de pensar os fundamentos das relações sociais em contextos sociais distintos e a linguagem que é empregada para se estabelecer estas relações. Trata-se, também, de estratégias de relação com o diferente, com o "outro". Estratégias que podem ser entendidas como parte da vida cotidiana de contato com o "outro" ou como formas de intervenção social em suas múltiplas dimensões.

A perspectiva do "outro" no sentido antropológico não é colocada como uma questão inicial para os trabalhos de intervenção. A pauta das atividades do trabalho do Serviço Social tem como finalidade alguma forma de enquadramento em uma classificação prévia dentro dos marcos definidores das políticas sociais que pouco dá espaço para uma outra lógica, para outros valores e modos de vida. A população atendida é aquela que pode ser enquadrada nas políticas de seguridade social segundo critérios apresentados pelos órgãos públicos. A aplicação destes critérios vai depender ainda de outros fatores: ausência de verbas e outras prioridades que são mais ou menos objetivas e mais ou menos subjetivas, mais ou menos avaliadas por padrões morais. Nada muito diferente do impasse

dos médicos norte-americanos, relatado por Clifford Geertz em seu trabalho *Os usos da diversidade* (1999) frente à negação de um usuário dos serviços de saúde, de origem indígena, em parar de beber para poder fazer uso da diálise em um hospital público. O dilema dos médicos é muito similar ao dos assistentes sociais num caso como esse: no cotidiano do trabalho num sistema público é preciso tomar decisões que permitam dar conta de outros tantos "índios bêbados". Se é possível apresentar algumas soluções em situações sem saída aparente, a visão de mundo do "outro" não é o que fica em evidência. Desta forma a desconstrução dos estereótipos e a relativização das visões de mundo em confronto não é processada. O diálogo entendido como um "contato viável com uma subjetividade variante" (Geertz, 1999, p. 30) acaba interrompido. Acumula-se, entretanto, um conhecimento que é para os antropólogos ouvintes destas histórias o ponto de partida do trabalho antropológico. Mas, não concordamos com uma separação das disciplinas como etapas de trabalho, ou seja, o antropólogo faz aquilo que o assistente social não teria nem tempo nem interesse em fazer (ou seja, relativizar). Se pensamos que os processos de classificação são processos políticos, as tomadas de decisão sobre onde fixar os casos precisam necessariamente passar por um trabalho constante de refinamento conceitual onde os pressupostos da classificação sejam discutidos. Nesse sentido, uma visão antropológica sobre a prática cotidiana do trabalho do assistente social pode fornecer ao profissional um instrumental muito rico para sair de uma posição subalterna de aplicador das classificações para uma posição mais propositiva, de crítico e construtor de maneiras mais dinâmicas (e, portanto, mais próxima das relações sociais concretas) de classificação burocrática.

Se o caso do índio bêbado é facilmente apreendido pelos assistentes sociais, na Antropologia brasileira esta história também soa bem. A questão do contato com a alteridade faz parte da tradição de trabalho antropológico no Brasil. Peirano (2006), na classificação da produção antropológica no Brasil, aponta que o contato com a alteridade (a começar pela noção de fricção interétnica elaborada por Roberto Cardoso de Oliveira) é uma das linhagens de estudos da Antropologia brasileira que, mais recentemente, desdobrou-se em pesquisas sobre políticas indigenistas, sobre demarcação das terras indígenas e de áreas quilombolas,

sobre expansão das fronteiras nacionais. Pensar sobre políticas públicas, elaborar noções sobre a relação entre a sociedade nacional e os que estão nas suas bordas (índios, pobres urbanos, trabalhadores rurais, negros, desviantes e divergentes, etc.) faz parte do próprio campo de estudos antropológicos na nossa tradição. Como a própria autora aponta ao tratar da composição dos campos antropológico e sociológico no Brasil a partir de 1950, a Antropologia entre nós "... se insere em um quadro geral em que conhecimento e comprometimento político estão unidos em uma configuração única, situação distinta da que se pode encontrar, por exemplo, nas 'humanidades'..." (Peirano, 2006, p. 57). O contato com a alteridade traz, assim, a dimensão da implicação deste comprometimento.

A Antropologia da ação como podemos denominar as experiências profissionais de antropólogos no campo jurídico, nas organizações não-governamentais, entre outros campos de intervenção, e as recentes participações em trabalhos de extensão universitária (ver Fonseca, 2006) traz ainda outra brecha para trocas de experiências profissionais entre antropólogos e assistentes sociais, não estritamente acadêmicas. Para esta prática profissional o antropólogo remete-se à sua tradição. Nos laudos periciais a viagem, o deslocamento cultural, o encontro com o "outro" fazem parte do trabalho assim como nos processos de pesquisa nas diferentes áreas, da etnologia às Antropologias urbanas, dos mais distantes aos mais familiares. A perícia é uma diagnose da situação onde prevalece o modelo nativo. Portanto, também aí, o que se pretende é a compreensão do ponto de vista nativo para a aplicação dos direitos constitucionais. Além disso, o comprometimento do antropólogo com o grupo estudado e o estranhamento em relação ao próprio processo jurídico e político são igualmente incorporados nesta atividade profissional. Esse exercício, para o qual a Antropologia tem sido cada vez mais solicitada, pode ser enriquecido no diálogo com a experiência que os assistentes sociais têm em seu trabalho de mediação entre as demandas da sociedade e os caminhos políticos legítimos de incorporação dessas demandas. Desmancha-se assim um dos estereótipos através dos quais somos caracterizados por parte dos assistentes sociais: pesquisadores sem participação política.

Os pontos de contato e de interlocução não eliminam as fronteiras de cada tradição profissional. Ao contrário, é a partir de cada identidade profissional e

intelectual que construímos o projeto de um diálogo. Acreditamos que a interlocução entre os dois campos tem efeitos positivos para ambos. Por parte do Serviço Social, como podemos ver em nossas próprias experiências bem sucedidas de orientação de graduação e de pós-graduação, realiza-se um diálogo interno entre sua tradição e as questões teóricas e metodológicas da Antropologia. A aproximação com o Serviço Social, por outro lado, faz com que nós, antropólogos, vejamos, com maior atenção, temas comuns ao Serviço Social e à Antropologia, como os enfoques teóricos sobre classe social, as questões relativas a gênero, raça, violência, política e intervenção social. Ajuda-nos também a situarmos melhor a nossa própria prática relativizadora numa sociedade complexa e desigual e os dilemas éticos que muitas vezes enfrentamos na pesquisa. Como diria Becker (1977), é bom sabermos de que lado estamos para podermos começar o processo de distanciamento e reaproximação necessário à Antropologia. A interlocução entre a Antropologia e o Serviço Social tem, também, permitido abrir espaços de pesquisa que são trazidos pela experiência do Serviço Social. Este diálogo é um exercício de troca semelhante àquele estabelecido com outras esferas da vida em uma sociedade complexa quando especialistas de diferentes áreas de conhecimento, a população estudada, representantes do poder público e da sociedade civil se confrontam, apresentando questões e respondendo a outras. Saber dar o tom certo à conversa é um aprendizado.

Recebido em junho de 2008, aceito para publicação em dezembro de 2008.

Referências bibliográficas

BECKER, Howard. *Teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DA MATA, Roberto. "O ofício do etnólogo ou como ter 'anthropological blues'". *Comunicações do PPGAS 1*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1973.

DAUSTER, Tania. "Um saber de fronteira - entre a Antropologia e a Educação". 26^a. *Reunião Anual da ANPED*. Poços de Caldas, 2003.

_____. "Entre a Antropologia e a Educação - a produção de um diálogo imprescindível e de

um conhecimento híbrido". In: *Ilha. Revista de Antropologia*. Florianópolis, vol. 6, no. 1 e 2, junho 2004.

FONSECA, Claudia. " Quando cada caso não é um caso. Pesquisa etnográfica e educação". In: *Revista Brasileira de Educação*. Jan./Fev./Abr., no.10, 1999.

_____. "O exercício da Antropologia: enfrentando os desafios da atualidade". In: GROSSI, Miriam Pillar; TASARINI, Antonella & RIAL, Carmen (orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Florianópolis: Nova Letra, 2006.

GEERTZ, Clifford. "Os usos da diversidade". In: *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 5, no. 10, maio, 1999.

LINS DE BARROS, Myriam M. "Até onde vai o olhar antropológico?" In: *Ilha. Revista de Antropologia*. Florianópolis, vol. 6, no. 1 e 2, junho, 2004.

PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PIERUCCI, Antônio Flavio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1998.

SANTOS, Yara Maria Frizzera. *Nós, as assistentes sociais: um estudo antropológico das subjetividades e ambivalências da profissão*. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Serviço Social/Escola de Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.